

Boletim

Nº 2.003 - Ano 44 - 18 de dezembro de 2017

NÃO HÁ DE SER INUTILMENTE

A operação Esperança Equilibrista, deflagrada no último dia 6 pela Polícia Federal para apurar supostas irregularidades na construção do Memorial da Anistia, despertou uma onda de solidariedade e apoio à UFMG e aos seus dirigentes conduzidos coercitivamente. As repercussões da ação, repudiada por personalidades, intelectuais e instituições do Brasil e do exterior, são abordadas nesta edição.

Página 2 a 6

'Abraço' da comunidade ao prédio
da Reitoria no dia 6 de dezembro

SOLIDARIEDADE chega de toda parte

Desde o último dia 6, a UFMG vem recebendo manifestações de apoio de instituições, organizações civis, entidades educacionais e personalidades por conta da operação deflagrada pela Polícia Federal, que determinou a condução coercitiva de dirigentes da Universidade.

A ação foi questionada, entre outros, pelos ex-presidentes Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, pelo Ministério Público, pela seção Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). O compositor João Bosco, autor da canção *O bêbado e a equilibrista*, cuja expressão *Esperança equilibrista* foi usada pela PF para batizar a operação, também manifestou sua reprovação. Leia trechos de algumas mensagens.

Traição a um desejo fundamental

Recebi com indignação a notícia de que a Polícia Federal conduziu coercitivamente o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Jaime Ramírez, entre outros professores dessa universidade. A ação faz parte da investigação da construção do Memorial da Anistia. Como vem-se tornando regra no Brasil, além da coerção desnecessária (ao que consta, não houve pedido prévio, cuja desobediência justificasse a medida), consta ainda que os acusados e seus advogados foram impedidos de ter acesso ao próprio processo, e alguns deles nem sequer sabiam se eram levados como testemunhas ou suspeitos.

Isso seria motivo suficiente para minha indignação. Mas a operação da PF me toca de modo mais direto, pois foi batizada de Esperança Equilibrista, em alusão à canção que Aldir Blanc e eu fizemos em honra a todos os que lutaram contra a ditadura brasileira. Essa canção foi e permanece sendo, na memória coletiva do país, um hino à liberdade e à luta pela retomada do processo democrático. Não autorizo, politicamente, o uso dessa canção por quem trai seu desejo fundamental.

João Bosco, compositor, autor com Aldir Blanc da música *O bêbado e a equilibrista*

Resistência

Quero testemunhar a mais veemente solidariedade a estes académicos íntegros e quero pedir-lhes, em nome da comunidade académica internacional, que não se deixem intimidar por estes actos de arbítrio por parte das forças anti-democráticas que tomaram conta do poder no Brasil.

Eles sabem bem que nada disto tem a ver pessoalmente com eles enquanto indivíduos, pois sabem que não há nenhuma razão jurídica que justifique tais acções. Os actos de que são vítimas visam, isso sim, desmoralizar as universidades públicas e preparar o caminho para a sua privatização. Estamos certos que estes desígnios não se cumprirão, pois a resistência da comunidade académica e do conjunto da cidadania democrática brasileira a tal obstará.

Boaventura de Sousa Santos, diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

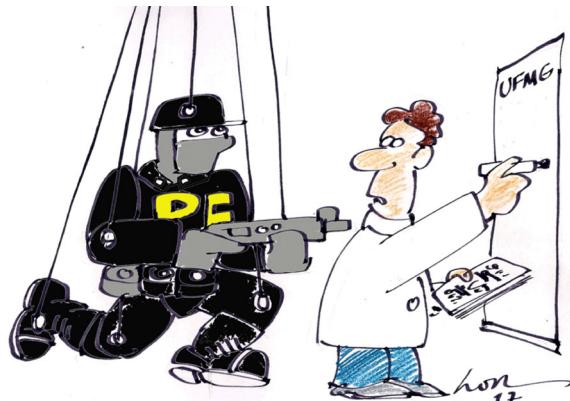
Referência traíçoeira

A Polícia Federal deflagrou mais uma operação espalhafatosa, dessa vez para apurar suspeitas sobre o Memorial da Anistia, obra da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) feita com recursos do governo federal.

Batizada perversamente de Esperança Equilibrista – uma referência traíçoeira à imortal obra de Aldir Blanc e João Bosco que simboliza o Hino da Anistia –, a operação da PF é uma bofetada nos anistiados e um desrespeito à memória dos torturados e dos que tombaram na luta contra a ditadura. Isso ocorre meses depois da infundada operação desencadeada na Universidade Federal de Santa Catarina que provocou o suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier.

É lamentável que a sombra do estado de exceção continue a se projetar sobre as instituições brasileiras.

Dilma Rousseff, ex-presidenta



Autor desta charge, o cartunista LOR colaborou com o BOLETIM de 1988 a 1997

Arbitrios incompatíveis

Agora são os professores da UFMG os atingidos. Reitero: creio que alegações, se consistentes, devem ser apuradas. Entretanto, para quem, como eu, foi vítima do arbítrio no período ditatorial, sinais de excesso são condenáveis e exigem esclarecimentos. Investigar é necessário, acusar com base é função do MP; o julgamento depende da Justiça, culpando ou inocentando os acusados. Arbitrios e abusos não são compatíveis com o Estado de Direito. Por isso, têm minha reprovação em nome dos valores da democracia e da liberdade

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente

Repetição de equívocos

A operação Esperança Equilibrista repete equívocos cometidos pela operação Ovidos Moucos e nos traz à lembrança a desastrosa operação da PF na Universidade Federal de Santa Catarina, em setembro deste ano. Até o momento a medida se mostrou injustificada, e o resultado foi uma campanha difamatória contra a Universidade e a perda irreparável do professor Luiz Carlos Cancellier, reitor à época.

O CTC-ES manifesta solidariedade à comunidade acadêmica da UFMG e reitera o compromisso intransigente com a defesa da universidade pública. Repudia as ações abusivas da PF contra as universidades federais e seus gestores e propugna o respeito às garantias constitucionais e ao devido processo legal.

Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da Capes

Dano irreparável

Em princípio, esses mandados são abusivos, pois deveriam ser antecedidos por carta convocando-os [os acusados] para prestar esclarecimentos. O dano à imagem dos convocados está feito. Como em outros casos, isso é irreparável, face ao comportamento estridente da mídia que se nutre financeiramente disso. O Confies declara-se em solidariedade aos colegas e continuará sua luta para aperfeiçoar o sistema de controle em um ambiente democrático, que preserve os direitos individuais do cidadão inscritos da Constituição Federal.

Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies)

Abuso de autoridade

As universidades federais con clamam o Congresso Nacional a produzir, com rapidez, uma lei que coíba e penalize o abuso de autoridade. E exigem que os titulares do Conselho Nacional de Justiça, da Procuradoria Geral da República, do Ministério da Justiça e do Ministério da Transparéncia, Fiscalização e Controladoria da União intimem seus subordinados a balizarem as suas atividades pelos preceitos constitucionais, especialmente quanto ao respeito aos direitos individuais e às instituições da República. A sociedade não pode ficar sob ameaça de centuriões.

A Andifes, as reitoras e os reitores das universidades federais solidarizam-se com a comunidade da Universidade Federal de Minas Gerais, com seus gestores, ex-reitores e com seus servidores, ao mesmo tempo em que con clamam toda a sociedade a reagir às violências repetidamente praticadas por órgãos e indivíduos que têm por obrigação respeitar a lei e o Estado Democrático de Direito. As universidades federais, reiteramos, são patrimônio da sociedade brasileira e não cessarão a sua luta contra o obscurantismo no Brasil.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Ação desproporcional

É com indignação e profunda preocupação que a Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Administração Central, observa, novamente, grave ataque à autonomia das universidades federais e mais uma ameaça às garantias individuais de gestores universitários, vítimas de ações espetaculosas e midiáticas, das quais a própria UFSC foi alvo e, agora, repetem-se na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nem mesmo as repercussões e reações de toda a sociedade, resultantes do trágico desfecho que tiveram as prisões do Reitor e de docentes e servidores da UFSC, parecem ter sido capazes de refrear a motivação das autoridades judiciais e policiais em agir de forma precipitada e desproporcional.

Administração Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Justiça de transição

Embora a PFDC [Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão] repudie o uso indevido de recursos públicos em qualquer hipótese, reforça que a implementação do Memorial da Anistia Política constitui parte da política pública de justiça de transição e sua conclusão é indispensável para a preservação da memória sobre as graves violações aos direitos humanos perpetradas durante a ditadura militar no Brasil e a resistência que milhares de cidadãos ofereceram ao autoritarismo no país.

Qualquer iniciativa de investigação de desvios de recursos na implementação do Memorial não pode ser usada para depreciar a importância jurídica e histórica da preservação da memória sobre o legado de violações aos direitos humanos no regime militar autoritário.

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público

Violação ao estado de inocência

Longe de auxiliarem de modo efetivo na investigação, as conduções coercitivas na UFMG causam a desnecessária exposição de pessoas à execração pública e a uma condenação social prévia, que antecede o pronunciamento final do órgão jurisdicional, algo que certamente viola o estado de inocência que vigora como princípio constitucional e direito do cidadão.

É preocupante a reiterada intervenção dos órgãos repressivos do Estado contra instituições de ensino públicas e seus dirigentes, com desrespeito a garantias constitucionais, o que remonta ao período de exceção já superado em nosso país.

Conselho Seccional da OAB Minas

Criminalização

A construção do Memorial da Anistia em Belo Horizonte é um complexo projeto arquitetônico e de engenharia, que envolve a reforma de prédios antigos e a construção de novos equipamentos em terreno com problemas estruturais. Portanto, o devido acompanhamento dessa obra, paralisada a fôrceps pelo atual governo federal, não deveria ser objeto de ação policial, e sim, de adequações financeiras, técnicas e administrativas.

Os acervos memorialístico e documental que compõem o Memorial, de vital importância para a história, a memória e a justiça em nosso país, demandam uma construção cuidadosa e diversificada.

Ao criminalizar uma das maiores Universidades do país, abre-se a porta para a criminalização de todo um segmento que não se alinha aos setores autoritários.

Comissão da Verdade em Minas Gerais

Confiança nos dirigentes

A UFMG e seus dirigentes sempre se pautaram pelo respeito à lei e pelo cumprimento de decisões judiciais. Os fatos ocorridos atingem, portanto, uma grande e respeitável instituição: a Universidade Federal de Minas Gerais, um patrimônio de nosso estado e do país. Reiteramos nossa confiança na Universidade Federal de Minas Gerais e na probidade de seus dirigentes, aos quais prestamos nossa total solidariedade e apoio.

Trecho de carta assinada por 11 ex-reitores e vice-reitores da UFMG

Instrumentos essenciais

As ações recentes, e em sequência, sobre universidades públicas brasileiras, das quais a UFSC e a UFMG são exemplos, parecem refletir menos uma vontade real de combater mazelas do país do que atender a motivações de outra natureza. Da forma como têm sido executadas, elas atentam contra o estado democrático e afetam a atuação dessas instituições públicas que têm dado, ao longo de décadas, contribuições importantes para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. As universidades públicas são instrumentos essenciais na formação de pessoal qualificado em todas as áreas do conhecimento e na produção científica e tecnológica. São um patrimônio do povo brasileiro, que deve ser preservado e aprimorado, mas que não pode ser desconstruído.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)



Monumento *Liberdade*, instalado no gramado da Biblioteca Central, homenageia os estudantes da UFMG Gildo Macedo Lacerda, Idálvio Soares Aranha Filho, José Carlos Novaes Mata Machado e Walkíria Afonso Costa, mortos pela ditadura militar

RESISTIR ao ARBÍTRIO

Comunidade da UFMG se mobiliza contra operação da Polícia Federal

Itamar Rigueira Jr.

AUFMG nunca se curvou e nunca se curvará ao arbítrio. Vamos resistir sempre”, afirmou o reitor Jaime Ramírez aos integrantes da comunidade universitária que se reuniram na tarde de 6 de dezembro em frente ao prédio da Reitoria, para manifestar apoio aos gestores atuais e aos antecessores levados a depor, na Polícia Federal, por meio de condução coercitiva. Eles foram prestar esclarecimentos por supostas irregularidades relacionadas à construção do Memorial da Anistia Política do Brasil, no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte.

Oito dirigentes e servidores da UFMG foram conduzidos à sede da Polícia Federal, para apuração de inexecução do Memorial e desvio de recursos públicos destinados à implantação e construção da obra, financiada pelo Ministério da Justiça e executada pela UFMG. Além disso, foram expedidos 11 mandados de busca e apreensão.

Jaime Ramírez agradeceu o apoio da comunidade universitária e de diversas entidades, como os sindicatos de servidores e diretórios estudantis.

Ana Lúcia Gazzolla, reitora na gestão 2002-2006, mencionou nota assinada por ex-reitores e vice-reitores em “repúdio à brutalidade cometida contra representantes da UFMG” e lembrou a postura de dirigentes que resistiram à ditadura militar, nas décadas

de 1960 e 70. “A UFMG e seus dirigentes são nosso patrimônio. Qualquer ataque a seus dirigentes é um ataque à Universidade, e contra isso estaremos juntos. Tenho certeza de que a UFMG vai responder a essa ação com altivez e serenidade, agindo com relação à Justiça com o respeito que não tiveram conosco hoje”, afirmou.

Para Clélio Campolina, reitor na gestão 2010-2014, a ação da Polícia Federal foi uma violência que vai contra o espírito democrático que sempre regeu a Universidade. “Contra essa situação de exceção, temos que ser o exemplo de construção democrática”, disse Campolina. “Para nós, não há divergência de objetivos, prezamos o debate livre com vistas a uma sociedade melhor.”

Aparecida Campana, diretora de Política Sindical do Atens Sindicato Nacional, que representa os técnicos de nível superior das Ifes, manifestou indignação contra a “atitude arbitrária” de que foi vítima a UFMG. “Temos instituições em frangalhos, não se sabe em quem confiar”, disse a servidora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB).

A comunidade universitária deve se unir em defesa da universidade pública e gratuita, que é atacada pela operação deflagrada pela Polícia Federal, defendeu a servidora Neide Dantas, coordenadora geral do Sindifes, que representa os servidores da UFMG e de

outras instituições mineiras. “Não por acaso, o alvo da ação é o Memorial da Anistia, que aborda um tema, a ditadura, ainda tão difícil de tratar no Brasil”. Segundo ela, as investigações devem seguir os princípios legais. “Os gestores poderiam ter sido chamados a depor sem o recurso da condução coercitiva”, completou.

Representando o diretório acadêmico da Fafich, o estudante de jornalismo Gabriel Lopo pregou união contra qualquer movimento destinado a “deslegitimar o caráter público de instituições como a UFMG e abrir espaço para a privatização das universidades”. Ele convocou a comunidade a defender também o resultado da consulta recente que culminou na escolha da atual vice-reitora, Sandra Goulart Almeida. “Somos uma comunidade soberana”, alertou.

Absurdo travestido de legalidade’

“Em seus 90 anos de existência, a UFMG foi atacada e teve sua autonomia ameaçada várias vezes, e sempre respondeu altivamente”, lembrou o professor João Antonio de Paula, da Faculdade de Ciências Econômicas, ao conamar a união da comunidade em torno do reitor e dos outros dirigentes conduzidos a depor. “Aconteceu mais um absurdo travestido de legalidade, e repudiamos a forma arbitrária como têm sido conduzidas as investigações no Brasil, com a divulgação de acusações sem provas”, afirmou João Antonio, destacando ainda a necessidade de responder com a defesa intransigente do ensino superior público.

A diretora do ICB, professora Andreia Mara Macedo, fez coro contra a “violência injustificada sofrida pela UFMG e sua comunidade, vinda de uma instituição que deveria ser guardião do serviço público”. Ela disse acreditar que o alvo da operação é um projeto muito bem representado pela UFMG e que a ação foi movida “por interesses que se sobrepõem ao interesse coletivo”.

A professora Danusa Dias Soares, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, condenou o que classificou de arbitrariedades que já atingiram recentemente outras universidades federais como as de Santa Catarina (UFSC) e a de Ouro Preto (Ufop). “Foi uma afronta ao que a UFMG representa, dentro e fora do Brasil, e está relacionada a um projeto que visa enfraquecer as universidades públicas”, disse.

Foca Lisboa / UFMG



Integrantes da comunidade reuniram-se em torno do espelho d'água da Reitoria para prestar solidariedade aos dirigentes da UFMG

Apoio INTERNACIONAL

Intelectuais franceses se posicionaram contrariamente à operação, e pesquisadores americanos endossaram manifesto de colegas brasileiros

Da redação

Mais de 100 intelectuais franceses ou radicados na França assinaram manifesto internacional de solidariedade à comunidade universitária da UFMG devido à operação da Polícia Federal deflagrada no dia 6 de dezembro. Nomes como os de François Jost, professor emérito em Ciências da Informação e Comunicação da Universidade de Sorbonne, Jacques Aumont, diretor do Centro de História do Cinema da Cinemateca Francesa, e do físico e filósofo Michel Paty, diretor de pesquisas do Centro Nacional e Pesquisas Científicas da França (CNRS), assinam o documento criado por iniciativa da historiadora Maud Chirio, da Universidade de Marne La Vallée, estudiosa da ditadura militar brasileira.

No documento, professores e pesquisadores de diferentes nacionalidades afirmam que “condenam firmemente o tratamento infligido aos nossos colegas da Universidade Federal de Minas Gerais. Consideramos que a instrumentalização da coerção policial e dos processos judiciais para fins de perseguição política, ou *lawfare*, é incompatível com o estado de direito. Esses processos afetam dramaticamente a imagem do Brasil no exterior e a sua identificação como uma verdadeira democracia pela comunidade internacional”.

Com milhares de assinaturas, manifesto de intelectuais brasileiros foi traduzido para o inglês e está circulando nos Estados Unidos por iniciativa do grupo Acadêmicos e Ativistas para a Democracia no Brasil, que tem entre os seus membros o historiador James Green. Um dos signatários do documento é o linguista e filósofo Noam Chomsky. Seu grupo também traduziu e está disseminando nos Estados Unidos o documento francês encabeçado por Maud Chirio.

Os intelectuais lembram que, nos últimos meses, as ações policiais passaram a ter como alvo as universidades públicas brasileiras, ainda que, diferentemente de muitas instâncias do sistema político, elas estejam submetidas ao controle da CGU e do TCU, respeitando as normas legais e os princípios da contabilidade pública em suas atividades e procedimentos. “Portanto, não existe nenhum motivo pelo qual devam se estender a elas as ações espetaculares de combate à corrupção”, sustentam.

A Rede Ibero-americana de Investigadores sobre Globalização e Território, baseada na Cidade do México, foi outra entidade a se posicionar sobre as operações da Polícia Federal nas universidades brasileiras. A Rede destacou que os pesquisadores ibero-americanos “se sentem também afetados por tais medidas e se manifestam contra qualquer ato que impeça a liberdade de exercício das atividades acadêmicas”.

Imprensa

A operação da PF na UFMG também recebeu críticas de setores da imprensa brasileira. A jornalista Miriam Leitão escreveu em sua coluna deste domingo, dia 10, no jornal O Globo, que “a Polícia Federal cometeu evidentes abusos e truculência ao executar a ordem de levar o reitor Jaime Ramírez e a vice-reitora Sandra Goulart para depor”.

A jornalista relatou as dificuldades enfrentadas pela Universidade para executar o projeto do Memorial da Anistia, alvo da investigação. “O fato é que a decisão, tomada na gestão anterior da UFMG, foi de construir esse memorial aproveitando um antigo prédio da universidade, chamado de Coleginho, porque abrigou o colégio de aplicação. A construtora JRN, contratada para fazer a

Reprodução / Facebook

Print screen de manifestos distribuídos entre intelectuais franceses e norte-americanos

obra, na qual constava também um prédio de dois andares, para a parte administrativa, cometeu um erro grave. Não avaliou se a fundação do Coleginho suportava a obra. Quando colocou o novo telhado, as paredes começaram a ruir. A UFMG entrou na Justiça contra a construtora. Aí veio a mudança para o governo Temer, e o repasse dos recursos do Ministério da Justiça foi suspenso, e, por isso, a obra está parada”, detalhou.

O jornalista e cientista político André Singer, em sua coluna no jornal Folha de S. Paulo, no sábado, dia 9, chamou a atenção para o que chama de “ação orquestrada e arbitrária” para desmoralizar o sistema de ensino superior público no Brasil. “Reparem nos nomes das operações sequenciais da PF: *PhD, Ouvidos moucos, Esperança equilibrista, Torre de marfim*”, observou.

Em sua edição de domingo, 10, a Folha de S. Paulo voltou a abordar o assunto por meio dos jornalistas Elio Gaspari e Paula Cesarino Costa. No texto *Caçar reitor virou um hobby exibicionista*, Gaspari criticou o caráter midiático da ação. “Levados à sede da Polícia Federal, os professores depuseram e foram libertados, com a imprensa na porta para entrevistá-los e fotografá-los na condição de suspeitos. Os professores viram-se expostos, mas não se apresentou qualquer acusação específica contra eles. Tipo ‘A’ é acusado disso, ‘B’ é acusado daquilo”, destacou.

Paula Cesarino, ombudsman da Folha, analisou a cobertura do jornal nos seguidos episódios de operações da PF nas universidades brasileiras. “É preciso tirar do chamado piloto automático a cobertura das operações policiais, de seus agentes e de seus métodos. Tais ações têm evidente interesse público. Cabe à imprensa cobrar de investigados e investigadores. Leitores questionam como lidar com as operações de modo a analisá-las também por eventuais inconsistências, arbitrariedades e objetivos políticos, além de avaliar sua divulgação ou não”, escreveu a jornalista.

PARLAMENTARES vão à PGR e ao STF

Deputados mineiros cobram posicionamento das duas instâncias e do MEC sobre a operação

Ewerton Martins Ribeiro

Parlamentares que integram a bancada mineira na Câmara dos Deputados, em Brasília, reuniram-se com a Reitoria da UFMG na segunda-feira, 11, no campus Pampulha, para prestar solidariedade em relação à ação realizada pela Polícia Federal na última semana, quando dirigentes da Instituição, entre eles o reitor Jaime Ramírez e a vice-reitora Sandra Goulart Almeida, foram conduzidos coercitivamente para prestar esclarecimentos sobre processo sem a devida intimação.

Jaime Ramírez e Sandra Goulart Almeida receberam os deputados federais Reginaldo Lopes e Margarida Salomão, do PT, que integram a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, e a deputada federal Jô Moraes, do PC do B.

Jô Moraes informou que algumas medidas já foram tomadas. "No último dia 7, protocolamos uma representação na Procuradoria-Geral da União para que se instaure imediatamente um inquérito policial que apure os excessos cometidos nessa operação. Agora, vamos voltar à PGR para requerer que essa representação tramite de forma acelerada. O objetivo é evitar que se cometam mais absurdos como o de conduzir coercitivamente alguém que nunca foi convocado para prestar depoimentos".

"Entendemos que a ação da Polícia Federal feriu os direitos humanos, feriu os direitos individuais. Foi um procedimento descabido, pois se trata da apuração de dúvidas sobre um processo administrativo", reforçou Margarida Salomão. A deputada também destacou as medidas que a Comissão de Educação pretende tomar. "Vamos começar com um pedido de posicionamento do ministro da Educação. Em seguida, vamos procurar a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, para que ela também possa se manifestar em relação a esses procedimentos de condução coercitiva, sobre os quais pairam dúvidas em relação à sua constitucionalidade."

Jaime Ramírez e Sandra Almeida agradeceram a manifestação de apoio dos parlamentares e destacaram a importância do diálogo interinstitucional como valor democrático. Eles reafirmaram aos parlamentares que a UFMG vai contribuir, como é sua tradição, para a correta, rápida e efetiva apuração do caso específico.

De caráter permanente, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados conta com 42 membros e atua em assuntos concernentes aos aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais da área de educação, entre outros temas. "Também vamos procurar a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para que ela se manifeste e avalie essa ação violentamente descabida", acrescentou Margarida Salomão.

Monitoramento

O deputado Reginaldo Lopes informou que a Comissão de Educação da Câmara designou comissão externa específica para acompanhar os desdobramentos do episódio e, ao fim de um calendário de reuniões e visitas, produzir um relatório. "A primeira ação desse calendário foi justamente o ato de apoio e solidariedade à Reitoria da UFMG", disse. "Assim que concluirmos essas ações, vamos apresentar o nosso olhar sobre esse processo e talvez encaminhar alguma proposição legislativa em relação à condução coercitiva. Precisamos debater abertamente com a sociedade brasileira se esse instituto não fere o direito individual das pessoas e a Constituição Federal", afirmou Lopes.



Jô Moraes, Margarida Salomão, Jaime Ramírez, Sandra Almeida e Reginaldo Lopes durante a reunião na Reitoria

Conselho Universitário: UFMG está pronta para esclarecer

Em nota, órgão máximo de deliberação se manifestou sobre o episódio

"O Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, em sessão realizada em 7 de dezembro de 2017, vem a público agradecer à comunidade universitária pelas manifestações espontâneas de solidariedade a seus dirigentes e de repúdio às ilegalidades perpetradas contra os membros desta Casa. Este Conselho lamenta as consequências incalculáveis produzidas pela espetacularização midiática para a honra, a imagem e a saúde mental de gestores e servidores que deram relevantes contribuições à sociedade.

As manifestações mostram de maneira inequívoca a coesão e a prontidão desta comunidade na defesa intransigente dos valores e propósitos permanentes desta Instituição. A designação da operação desrespeita nossa comunidade ao fazer uma alusão debochada a um símbolo da superação de um período sombrio de nossa história recente, o que desvirtua o propósito de homenagear as vítimas da ditadura expresso na criação do Memorial da Anistia.

A UFMG está pronta. Ela está pronta, como sempre esteve e sempre estará, a prestar qualquer esclarecimento à sociedade, como é seu dever. Ela está pronta, como sempre esteve e sempre estará, a cooperar com as autoridades. Ela está pronta, como sempre esteve e sempre estará, a defender as instituições federais de ensino contra qualquer ataque.

A condução coercitiva sem prévia intimação é prática sem respaldo jurídico e, além de vulnerar a ampla defesa, a dignidade da pessoa humana e a presunção de inocência, caracteriza constrangimento ilegal. A UFMG exige a plena observância dos direitos e garantias fundamentais contemplados na Constituição brasileira. A UFMG nunca se curvará ao arbítrio.

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2017.

BANDEJÕES NAS FÉRIAS

Até 31 de janeiro, os Restaurantes Universitários (RUs) terão horários especiais de funcionamento. No campus Pampulha, o RU Setorial II está funcionando de segunda a sexta-feira, servindo somente almoço, das 11h às 14h. O Setorial I está fechado, e o bandejão da Faculdade de Direito serve apenas almoço, das 11h às 14h, de segunda a sexta-feira.

Em Montes Claros, também até 31 de janeiro, o RU ICA serve apenas almoço, de segunda a sexta-feira, das 11h às 13h30. Durante o período de férias, nenhum restaurante universitário abre aos sábados. O RU do campus Saúde está fechado para substituição do piso e das redes de água e gás da área de produção.

HOSPITAL PREMIADO

Com 405,72 pontos em 500 possíveis, o Hospital Risoleta Tolentino Neves, administrado pela UFMG, conquistou a certificação nível ouro no Programa de Aprimoramento da Qualidade Hospitalar (PAQH), do Ministério da Saúde.

A avaliação, realizada nos dois últimos anos, envolve critérios como a relação com a sociedade e todos os procedimentos administrativos, assistenciais, logísticos e técnicos. O hospital foi avaliado em três etapas, duas das quais em 2016. Os representantes do Ministério também promoveram, ao longo do período, palestras e outras intervenções de orientação aos profissionais do Hospital.

RESIDÊNCIA NO IEAT

Até 20 de março, docentes da UFMG – em exercício, eméritos ou aposentados que desenvolvam atividade como voluntários na UFMG – podem se candidatar a uma das seis vagas do programa Professor Residente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (ieat). Os pesquisadores selecionados desenvolverão, durante um ano, seus projetos de pesquisa de caráter avançado e transdisciplinar, mediados pelo apoio logístico oferecido pela secretaria do Instituto.

Entre as atividades do projeto apresentado, o residente deve ministrar seminários, conferências, palestras ou cursos de curta duração, interagir com outros grupos de pesquisa e pesquisadores, apresentar relatório e produtos concernentes ao seu período de residência, no período de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019.

As submissões serão recebidas pelo e-mail editais@ieat.ufmg.br, e os resultados, divulgados no dia 7 de maio.



Integrantes do Colégio Eleitoral reuniram-se na Sala de Sessões do prédio da Reitoria

LISTAS TRÍPLICES PARA O REITORADO

Formado pelos integrantes do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e do Conselho de Curadores, o Colégio Eleitoral reuniu-se no dia 12 de dezembro e definiu a lista tríplice para escolha do novo Reitorado da UFMG. A lista para o cargo de reitor é encabeçada pela professora Sandra Goulart Almeida e foi completada pelas professoras Maria Márcia Magela Machado, diretora do IGC, e Graciela Ravetti de Gómez, diretora da Faculdade de Letras.

O Colégio Eleitoral também elaborou a lista tríplice para o cargo de vice-reitor. Ela é encabeçada pelo professor Alessandro Fernandes Moreira, diretor da Escola de Engenharia e companheiro de chapa de Sandra Goulart Almeida, e foi completada pelos professores Walmir Matos Caminhas, da Escola de Engenharia, e Maurício Campomori, diretor da Escola de Arquitetura.

A lista para o principal cargo de gestão na Universidade é encaminhada ao Ministério da Educação. Cabe ao presidente da República escolher a dirigente que vai comandar a UFMG no período 2018-2022. Já a lista de vice-reitor é entregue pelo Colégio Eleitoral à reitora nomeada, que vai referendar o nome que a encabeça.

Sandra e Alessandro compuseram a chapa 2 (UFMG Pública e Diversa), que obteve 65,67% dos votos ponderados no segundo turno da consulta realizado nos dias 21 e 22 de novembro. Eles concorreram com a chapa 1, formada por Renato de Lima Santos (reitor) e Carmela Polito Braga (vice).

DIREITO E JUSTIÇA

O Programa de Pós-graduação em Direito está com inscrições abertas para o processo seletivo em atividades de residência pós-doutoral na área de Direito e Justiça, nas modalidades com e sem bolsa. Os interessados devem ser portadores de título de doutor, e as candidaturas precisam ser apresentadas até 25 de janeiro.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3409-8635 e pelo e-mail info_pos@direito.ufmg.br. A secretaria fica no 11º andar do prédio da Faculdade de Direito (Avenida João Pinheiro, 100, Centro).

JABUTI PARA MANUAL DE EDITORAÇÃO

O *Manual de editoração e estilo*, do professor da USP Plínio Martins Filho, ganhou o Prêmio Jabuti 2017 na categoria Comunicação. O livro foi produzido em parceria pelas editoras UFMG, Unicamp e Edusp. Considerado o mais importante prêmio do mercado editorial brasileiro, o Jabuti é promovido pela Câmara Brasileira do Livro desde 1959. Os prêmios foram entregues em 30 de novembro, em São Paulo.

O *Manual* orienta a edição de livros sob os princípios da uniformidade e da identidade com o texto. Em 723 páginas, a publicação oferece noções básicas de como preparar e editar um original até sua transformação em produto final. Estruturas pré-textuais, textuais e pós-textuais, tipografia, novo acordo ortográfico, siglas, abreviaturas e símbolos são alguns dos 60 tópicos da obra, que aborda também as línguas estrangeiras: o autor apresenta regras que vão da separação silábica à transliteração de 17 línguas latinas e não latinas.

Mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela USP, Plínio Martins Filho é professor de Editoração na Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP). Presidiu a Edusp por mais de 20 anos e hoje coordena a coleção Artes do Livro da Editora Ateliê e dirige a Com-Arte, editora laboratório do curso de Editoração da USP.

Um TRABALHO em MUTAÇÃO

Premiada pelo BDMG, monografia investiga o declínio do emprego doméstico como estratégia de sobrevivência

Matheus Espíndola

Os avanços no ensino público brasileiro e a ampliação da oferta de trabalho, observados de 2004 a 2014, são exemplos de fatores que engendraram uma nova forma de inserção de mulheres pobres na sociedade. Isso teve como efeito a redução da importância do emprego doméstico para as novas gerações, e a categoria acabou se tornando “envelhecida” após o período.

Esse é um dos aspectos apresentados na monografia *Reconsiderando o emprego doméstico como estratégia de sobrevivência*, defendida pela economista Patrícia Sampaio Cotta, como trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFMG. Em outubro, o estudo venceu o Prêmio Minas Economia, oferecido anualmente pelo Conselho Regional de Economia (Corecon) em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Segundo dados do IBGE apurados pela autora, o perfil etário do emprego doméstico, em 2004, tinha configuração semelhante ao das demais categorias, com maior percentual de trabalhadoras na faixa dos 30 aos 44 anos. Em 2014, a maioria das empregadas tinha entre 45 e 54 anos. O número de domésticas com até 29 anos, por sua vez, caiu de 24% para 7% no intervalo.

A pesquisa revelou que as profissionais ficaram, em geral, mais escolarizadas. A porcentagem de domésticas negras analfabetas, por exemplo, que era da ordem de 24% em 2004, reduziu-se para 13,5%, em 2014. Sobre esse mesmo estrato, o índice das mulheres com ensino médio completo passou de 10% a 21% ao longo da década. “Seu poder de compra também evoluiu, acompanhando a valorização do salário mínimo”, acrescenta a pesquisadora.

Patrícia Sampaio explica que, em contexto de crise e retrocesso em direitos, o emprego doméstico costuma ser visto como um “colchão amortecedor” do desemprego, o que poderia conter o encolhimento da categoria frente às demais. “Ainda é cedo para dizer que as mudanças de perfil no emprego doméstico da última década foram perdidas. E, quanto às pesquisas que indicam o crescimento do número de domésticas por ‘falta de opção’, resta saber quem são as domésticas que recorrem à categoria em tempos adversos e em que medida isso impacta a mudança estrutural verificada nos últimos anos”, diz a economista.

Economia feminista

De acordo com a autora, o interesse pelo tema surgiu nos encontros do Grupo de Estudo em Economia Feminista, núcleo formado em 2016, na Face, por iniciativa de alunas da Unidade, tendo em vista uma carência observada em relação ao reconhecimento da teoria econômica feminista no Departamento. Patrícia Sampaio



Globo Filmes

Camila Mártila e Regina Casé em cena do filme *Que horas ela volta?*, que aborda os conflitos entre uma empregada doméstica e seus patrões

destaca o apoio de professoras, em especial da orientadora do seu estudo, Ana Maria Hermeto, para a realização de estudos econômicos numa perspectiva feminista e multidisciplinar.

A caracterização do ofício como majoritariamente feminino, segundo a economista, alinha-se à ideia socialmente construída de que a mulher é predisposta aos afazeres domésticos, de forma permanente e gratuita. “Esse quadro está relacionado à divisão sexual do trabalho, segundo a qual os trabalhos femininos são menos prestigiados do que os masculinos”, argumenta a autora.

O viés racial também é analisado no estudo. “Em muitos aspectos, o Brasil mal superou seu passado escravocrata”, diz Patrícia. Isso, em sua opinião, explica a maior concentração de mulheres negras na categoria. E mesmo entre as domésticas, o estudo mostrou que as mulheres negras aparecem em condições ainda mais desfavoráveis que as brancas.

Sob o ponto de vista do feminismo, a contratação de uma empregada doméstica é, na avaliação de Patrícia, exemplo “emblemático e contraditório”. “Num país de elevada desigualdade social, o emprego doméstico por um lado libera as mulheres de classe média e alta dos afazeres naturalizados femininos. Por outro, apoia-se no trabalho desvalorizado feito por mulheres pobres”, contrapõe.

Monografia: Reconsiderando o emprego doméstico como estratégia de sobrevivência da mulher pobre no Brasil

Autora: Patrícia Sampaio Cotta

Orientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

EXPEDIENTE

Reitor: Jaime Arturo Ramírez – Vice-reitora: Sandra Goulart Almeida – Diretor de Divulgação e Comunicação Social: Marcílio Lana – Editor: Flávio de Almeida (Reg. Prof. 5.076/MG) – Projeto Gráfico: Marcelo Lustosa – Diagramação: Romero Morais – Revisão: Cecília de Lima e Josiane Pádua – Impressão: Imprensa Universitária – Tiragem: 4,6 mil exemplares – Circulação semanal – Endereço: Diretoria de Divulgação e Comunicação Social, campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6.627, CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – Telefone: (31) 3409-4184 – Internet: <http://www.ufmg.br> e boletim@cedecom.ufmg.br. É permitida a reprodução de textos, desde que seja citada a fonte.

U F M G

